

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2024

Carta da FUP à Presidenta da Petrobrás, Magda Chambriard

A FUP e seus sindicatos parabenizam pela aprovação da nova presidenta da Petrobrás, Magda Chambriard, e esperam que sua gestão represente uma nova era em direção ao crescimento e à retomada do papel da empresa como indutora do desenvolvimento econômico, social e sustentável do país.

A categoria petroleira, representada pela FUP e seus sindicatos, sempre esteve mobilizada na luta em defesa do Sistema Petrobrás para o Brasil e para os brasileiros e brasileiras. Uma empresa que contribua para o desenvolvimento e soberania nacional e é nesse sentido que queremos aprofundar o debate de como aproveitar ao máximo o conhecimento e a capacidade técnica de cada petroleiro e petroleira. Lutamos por uma exploração equilibrada do petróleo e gás natural no Brasil, garantindo o desenvolvimento da indústria nacional e a geração de mais e melhores empregos em nosso país. Nossa luta é também por uma transição energética justa, que garanta aos brasileiros e brasileiras o acesso à energia a um preço justo, bem como a criação de empregos de qualidade nos segmentos produtores de renováveis, para que possam aumentar a sua participação na matriz energética nacional e, assim, mitigar os efeitos do aquecimento global.

Sabemos que os desafios dessa luta são enormes, pois os interesses do capital financeiro de curto prazo têm contaminado a atuação da Petrobrás. Se nos tempos do governo do PT, a estatal brasileira se consolidou como uma empresa integrada de energia, atuando do poço ao poste, com investimentos crescentes em renováveis, nas gestões Temer e Bolsonaro, a empresa priorizou a remuneração do capital financeiro, se desfazendo de ativos para pagar altos dividendos aos grandes fundos de investimento nacionais e internacionais. A Petrobrás, pós esses ataques, vinha sendo preparada para sua privatização e atuando quase que exclusivamente como uma produtora de petróleo e gás natural, principalmente na província do pré-sal.

Temos consciência de que o processo de desmonte do Sistema Petrobrás – iniciado com a Lava Jato e o posterior golpe contra a presidenta Dilma Rousseff – coloca um grande desafio para a empresa voltar ao patamar de uma empresa integrada, que atenda às necessidades da população e contribua para o desenvolvimento justo do país.

Contudo, na Plenária Nacional da FUP no ano de 2021, discutimos profundamente e formulamos um documento com propostas para a reconstrução de uma Petrobrás forte e entregamos ao Lula, então candidato nas eleições nacionais de 2022, conhecida como “Carta dos Petroleiros”. Este documento serviu como base e contribuição ao Plano de Governo 2022 e para as discussões no gabinete de transição. Após a vitória e retorno do projeto popular em 2023, cabe ainda discutir algumas preocupações relativas a manutenção do Sistema Petrobrás, o papel de suas subsidiárias e as incertezas colocadas para o dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras.

Neste sentido, a FUP apresenta abaixo a pauta de interesse da categoria petroleira, seja em relação à atuação da Petrobrás e do Governo Lula, assim como para a reconquista de direitos perdidos pelos trabalhadores ao longo dos últimos anos

O papel da Petrobrás para o Brasil

- 1.** Revisão do horizonte temporal do processo de planejamento da Petrobrás, com retomada da construção de planos estratégicos de longo prazo;
- 2.** Resgate da empresa integrada, com atuação em todo o território nacional e retorno da companhia a segmentos estratégicos para integração vertical, tais como transporte, distribuição, comercialização, novas fontes de energia, fertilizantes e petroquímica. Ademais, é necessário o retorno dos investimentos sistemáticos em tecnologia, pesquisa e inovação, privilegiando parcerias e cooperação técnica com as universidades públicas, bem como a retomada dos investimentos na Universidade Petrobrás;
- 3.** Interromper, rever e reverter todos os processos de venda de ativos da companhia. O papel esperado para a holding deve ser sempre de integrar e fortalecer o Sistema Petrobrás;
- 4.** É importante a retomada dos investimentos sociais, em cultura, meio ambiente e esportes, como forma de contribuir para o desenvolvimento social e cultural da sociedade e recuperar o prestígio da marca da empresa junto aos brasileiros. Antes de tudo, diante da atual catástrofe ambiental no país, a companhia deve intensificar os investimentos e atuação para reconstrução do estado do Rio Grande do Sul.

Para além dessa atuação urgente, é preciso resgatar Programas anteriores como o MOVA Brasil e os projetos ambientais como o Projeto TAMAR, por exemplo, e fortalecer os editais Petrobrás Socioambiental e Petrobrás Cultural, em busca de maior capilaridade na sociedade e participação de organizações populares. Atuação junto aos movimentos sociais para viabilizar soberania alimentar (ex. hortas comunitárias e cozinhas solidárias) e também organização de cooperativas para viabilidade de alternativas à Soja para produção de BIODIESEL em parceria com a Pbio;

5. A Petrobrás deve implantar uma política de preços justos para os combustíveis, adotando como parâmetro para definição dos preços, não só o mercado internacional, mas também os custos e a sustentabilidade da indústria. Entendemos que o gás de cozinha, a gasolina e o óleo diesel devem ter tratamento diferenciado, devido a importância destes itens no custo de vida da família brasileira. A empresa, também, pode atuar junto ao Governo Federal para a implantação de um estoque regulador de derivados; a criação de um imposto sobre exportação de petróleo cru, de modo a capitalizar um fundo moderador dos preços de derivados (com a participação da sociedade e dos trabalhadores na gestão);

6. Expansão da capacidade instalada e eficiência do parque de refino nacional orientada pela segurança energética nacional, com objetivo de reduzir a dependência da importação de derivados, mitigar a exposição à volatilidade internacional de seus preços, alcançar a autossuficiência na produção de derivados e garantir acesso e preços justos de derivados à população;

7. Retomada de uma política de exploração ativa e própria com expansão para novas fronteiras e preocupada com a recuperação das reservas da companhia no longo prazo, porém respeitando a legislação e parâmetros ambientais. A busca por novas fronteiras deve incluir tanto o potencial da Margem Equatorial, bem como o potencial exploratório das bacias offshore de Pelotas e Margem Leste e das bacias onshore na região Nordeste do Brasil;

8. Descontinuidade da política de afretamento e/ou parcerias no segmento de exploração e produção de óleo e gás;

- 9.** Retomada de uma política industrial ativa de conteúdo local, capaz de dinamizar segmentos estratégicos da cadeia de óleo e gás, tais como a indústria naval e o setor de logística;
- 10.** Ampliação da infraestrutura de escoamento de gás natural no país, insumo importante para descarbonização do parque industrial brasileiro;
- 11.** Definição de uma estratégia ambiciosa e transparente do papel da Petrobrás na promoção da descarbonização da matriz energética nacional e para a transição energética justa da indústria de óleo e gás, através da promoção de pesquisa e desenvolvimento de novas rotas tecnológicas de baixo carbono. Para tanto, propomos (i) a criação de um espaço permanente de diálogo e participação dos trabalhadores na construção e acompanhamento da implementação dessa estratégia, com objetivo de assegurar instrumentos de preservação do nível de emprego e requalificação da força de trabalho para essa transição; (ii) a revitalização do programa de biocombustíveis, com a preservação da PBio (Petrobrás Biocombustíveis) e a retomada de suas plantas de produção de biocombustíveis. Ademais, é estratégico o retorno (ou inserção) da Petrobrás nos segmentos de atividade de geração de energia por meio de usinas eólicas e solares, assim como o investimento em pesquisas para o desenvolvimento da cadeia do hidrogênio verde e de outros combustíveis verdes da rota inorgânica já demandados por outras empresas de diversos setores;
- 12.** Reavaliação dos parâmetros de distribuição de remuneração a seus acionistas;
- 13.** São necessárias mudanças no Estatuto Social e no Regimento Interno da empresa, adequando-os as novas necessidades operacionais da companhia, atualmente mais descentralizada, respeitando o seu papel social, suas vocações e particularidades regionais dos territórios em que atua, além de evitar excessiva burocratização de processos internos e, com isso, garantir maior tranquilidade para a retomada dos investimentos necessários;

Resgate dos direitos dos trabalhadores com valorização de sua força de trabalho e da liberdade sindical

- 1.** Buscar resolver os atuais problemas na AMS e na PETROS, trazendo solução aos déficits estruturais do fundo de previdência e do plano de saúde que impacta todos os trabalhadores e trabalhadoras na ativa e aposentados, cuja conta está sendo imposta aos trabalhadores e às suas famílias, o que deixou principalmente os beneficiários do Petros 1 adoecidos.
- 2.** Resolver os diversos problemas causados pelas mudanças no Plano de Cargos e Remuneração e voltar a ter um único plano de cargos para todo o Sistema Petrobrás negociado e pactuado com o movimento sindical;
- 3.** Fortalecer a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) como única forma de remuneração variável, com regras negociadas, transparentes, objetivas e que valorize e recompense de forma justa os resultados coletivos de todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás;
- 4.** Construir um regramento para o Teletrabalho dentro do Acordo Coletivo, que garanta segurança e previsibilidade para todos os empregados (as) do Sistema Petrobrás;
- 5.** Recomposição de Efetivo via Concursos Públicos;
- 6.** Implementar uma Política de Saúde e Segurança, com mais investimentos e contribuições dos trabalhadores na concepção;
- 7.** Fortalecer as Comissões de Diversidades e combate às opressões dos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobrás;
- 8.** Rever as punições e demissões de trabalhadores e dirigentes sindicais;
- 9.** Rever os Planos de Demissões Voluntárias (PDVs) e as transferências abusivas;

10. Resgatar direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo dos últimos ACTs, a exemplo do fim do Banco de Horas e pagamento de horas extras;
11. Garantir direitos aos trabalhadores terceirizados – rever o modelo de contratação de serviços de forma que ajude na reconquista de direitos dos terceirizados como pisos salariais, plano de saúde para dependentes e fundo garantidor;
12. Relações com o movimento sindical – acabar com ações antissindicais, punição ou perseguição de dirigentes sindicais e trabalhadores com suspensões, demissões e processos judiciais, além de garantir autonomia às negociações locais.
13. A existência de diversas empresas não pode limitar a contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras a cada uma. Entendemos que somos todos petroleiros e petroleiras e que deve ser incentivada a circulação dos trabalhadores e trabalhadoras dentro do Sistema, seja através de cessões ou até mesmo em seleção via concurso único. Várias atividades já existentes em separado dentro do Sistema poderiam ser transformadas em centros únicos de especialidades.

Federação Única dos Petroleiros - FUP

